para deliberar sobre a instauração do procedimento.

§3º A Notícia de Fato será apreciada no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do seu recebimento, prorrogável uma vez, fundamentadamente, por até 90 (noventa) dias.

Art. 4º Caberá ao membro do Ministério Público de Contas do Estado que detenha atribuição para representar ao Tribunal de Contas do Estado sobre o assunto a responsabilidade pela instauração de Procedimento Apuratório Preliminar.

Parágrafo único. Eventual conflito negativo ou positivo de atribuição será suscitado, fundamentadamente, nos próprios autos ou em petição dirigida ao Conselho Superior, que decidirá a questão no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 5º É admitida a atuação conjunta de mais de um membro do Ministério Público de Contas do Estado, ou com órgãos de outros ramos do Ministério Público brasileiro cuja atribuição concorra para a investigação do fato.

Capítulo III

Da Instauração do Procedimento Apuratório Preliminar

Art. 6º A instauração do Procedimento Apuratório Preliminar dar-se-á por meio de portaria fundamentada, devidamente registrada e autuada, que mencionará, de forma resumida, o fato que o Ministério Público de Contas do Estado pretende elucidar.

Parágrafo único. Da instauração do Procedimento Apuratório Preliminar far-se-á comunicação ao Procurador-Geral de Contas e ao Corregedor-Geral, no prazo de 3 (três) dias, sem prejuízo da publicidade a que se refere o art. 11, § 2º, desta Resolução.

Art. 7º Se, no curso do Procedimento Apuratório Preliminar, novos fatos indicarem necessidade de investigação de objeto diverso do que estiver sendo apurado, o membro do Ministério Público de Contas do Estado poderá aditar a portaria inicial ou determinar a extração de peças para instauração de outro Procedimento Apuratório Preliminar, respeitadas as normas incidentes quanto à divisão de atribuições.

Capítulo IV

Do Indeferimento do Requerimento de Instauração do Procedimento Apuratório Preliminar

Art. 8º O membro do Ministério Público de Contas do Estado, no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável uma vez, fundamentadamente, por até 90 (noventa) dias, indeferirá o pedido de instauração de Procedimento Apuratório Preliminar, em decisão motivada, da qual se dará ciência ao requerente, quando verificadas as seguintes hipóteses:

I - o fato narrado não configurar lesão a interesses ou direitos de cuja defesa o Ministério Público de Contas do Estado é incumbido;

II - o fato narrado já tiver sido objeto de apuração ou de representação oferecida pelo Ministério Público de Contas do Estado ou já se encontrar solucionado;

III - o fato narrado estiver sendo examinado em processo de controle externo em curso no Tribunal de Contas do Estado;

IV - inexistirem elementos de prova ou informações mínimas para justificar a apuração pelo Ministério Público de Contas do Estado;

V - a notícia de fato for incompreensível.

§1º O requerente será cientificado da decisão de indeferimento preferencialmente por correio eletrônico.

§2º A identificação é facultativa no caso de os fatos terem sido noticiados ao Ministério Público de Contas do Estado em face de dever de ofício.

§3º Do indeferimento caberá recurso administrativo ao Conselho Superior do Ministério Público de Contas do Estado, com as respectivas razões, no prazo de 10 (dez) dias contado da notificação dos interessados.

§4º As razões de recurso serão protocoladas na secretaria do Ministério Público de Contas do Estado e juntadas aos autos da Notícia de Fato, devendo ser remetidas, caso não haja reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias, ao Conselho Superior para apreciação.

§5º Expirado o prazo previsto no § 3º, os autos serão arquivados, registrando-se no sistema respectivo, mesmo sem manifestação do requerente.

Capítulo V

Da Instrução

Art. 9º A instrução do Procedimento Apuratório Preliminar será presidida pelo membro do Ministério Público de Contas do Estado que o instaurou, ou pelo seu substituto, nos impedimentos e afastamentos legais.

§1º O membro poderá designar servidor lotado na respectiva Procuradoria do Ministério Público de Contas do Estado para auxiliar na instrução do Procedimento Apuratório Preliminar.

§2º Para o esclarecimento do fato objeto de apuração, deverão ser colhidas todas as provas permitidas pelo ordenamento jurídico, com a juntada das peças em ordem cronológica de apresentação, devidamente numeradas em ordem crescente.

§3º Todas as diligências serão documentadas mediante termo ou auto circunstanciado.

§4º As declarações e os depoimentos sob compromisso serão tomados por termo pelo membro do Ministério Público de Contas do Estado, assinado pelos presentes ou, em caso de recusa, na aposição da assinatura por duas testemunhas.

§5º Qualquer pessoa poderá, durante a tramitação do

Procedimento Apuratório Preliminar, apresentar ao Ministério Público de Contas do Estado documentos ou subsídios para melhor apuração dos fatos.

§6º Todos os servidores lotados no Ministério Público de Contas do Estado, em suas respectivas atribuições e especialidades, prestarão apoio administrativo e operacional para a realização dos atos do Procedimento Apuratório Preliminar.

§7º As notificações, requisições ou outras correspondências expedidas pelo Ministério Público de Contas do Estado, destinadas a instruir o Procedimento Apuratório Preliminar, deverão ser encaminhadas com prazo mínimo de 10 (dez) dias para resposta, salvo urgência justificada no próprio expediente.

§8º As notificações, requisições, ou outras correspondências que tenham como destinatário autoridade que chefe os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União ou dos Estados, bem como a chefia máxima do Ministério Público Estadual, do Ministério Público Federal, dos Tribunais de Contas e da Defensoria Pública, deverão ser encaminhadas, no prazo de 10 (dez) dias, pelo Procurador-Geral de Contas, não cabendo à chefia institucional a valoração do conteúdo do expediente, ressalvada a possibilidade de, fundamentadamente, negar encaminhamento quando o órgão ministerial de origem não possuir atribuição para conduzir a apuração, ou, ainda, quando não for observado o tratamento protocolar devido ao destinatário.

§9º Todos os ofícios requisitórios de informações ao Procedimento Apuratório Preliminar deverão ser acompanhados de cópia da portaria que instaurou o procedimento ou da indicação precisa do endereço eletrônico oficial em que tal peça esteja disponibilizada.

§10 Em caso de não atendimento do expediente, a reiteração será enviada automaticamente pelo remetente original, com a advertência de que nova recalcitrância culminará na tomada das medidas legais cabíveis e imediata Representação ao Tribunal de Contas do Estado.

§11 O membro do Ministério Público de Contas do Estado é responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar, inclusive nas hipóteses legais de sigilo.

Art. 10 O Procedimento Apuratório Preliminar poderá ser instruído com peças, depoimentos e informações colhidas em audiência ou consulta pública.

§1º As audiências serão precedidas da expedição de edital de convocação, a que se dará publicidade, bem como de convites, nos quais constarão:

I - a data e o local da reunião;

II - o objetivo;

III - a disciplina e a agenda da audiência.

§2º Poderá ser disponibilizado material para consulta dos interessados na participação da audiência.

§3º Da audiência será lavrada ata, a que se dará publicidade.

§4º Também se franqueará a juntada de documentos pelos participantes da audiência pública.

Art. 11 Aplica-se ao Procedimento Apuratório Preliminar o princípio da publicidade dos atos, com exceção dos casos em que haja sigilo legal ou em que a publicidade possa acarretar prejuízo às investigações, casos em que a decretação do sigilo legal deverá ser motivada.

§1º Os requerimentos que objetivem a realização de consulta, obtenção de certidões ou extração de cópia de documentos constantes de Procedimento Apuratório Preliminar observarão o disposto na Lei Federal nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011.

§2º A publicidade consistirá:

I - na divulgação oficial das portarias de instauração de Procedimento Apuratório Preliminar, com o exclusivo fim de conhecimento público, mediante publicação de extratos na imprensa oficial;

II - na divulgação em meios cibernéticos ou eletrônicos, dela devendo constar as portarias de instauração e extratos dos atos de conclusão;

III - na expedição de certidão e na extração de cópias de documentos sobre os fatos apurados, mediante requerimento formulado com base na Lei Federal nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011 e por deferimento do presidente do Procedimento Apuratório Preliminar;

IV - na prestação de informações ao público em geral, a critério do presidente do Procedimento Apuratório Preliminar;

V - na concessão de vistas dos autos, mediante requerimento do interessado ou de seu procurador legalmente constituído e por deferimento total ou parcial do presidente do Procedimento Apuratório Preliminar.

§3º As despesas decorrentes da extração de cópias correrão por conta de quem as requereu.

§4º A restrição à publicidade deverá ser decretada em decisão motivada, para fins do interesse público, e poderá ser, conforme o caso, limitada a determinadas pessoas, provas, informações, dados, períodos ou fases, cessando quando extinta a causa que a motivou.

§5º Os documentos resguardados por sigilo legal deverão ser autuados em apenso e protegidos com especial atenção de modo a se preservar sua confidencialidade.

Art. 12 Em cumprimento ao princípio da publicidade das apurações, o membro do Ministério Público de Contas do Estado poderá

prestar informações, inclusive aos meios de comunicação social, a respeito das providências adotadas para apuração de fatos em tese ilícitos, abstendo-se, contudo, de externar ou antecipar juízos de valor a respeito de apurações ainda não concluídas, e nunca deixando de observar os sigilos impostos pelo ordenamento jurídico. Art. 13 O Procedimento Apuratório Preliminar deverá ser concluído no prazo de 1 (um) ano, prorrogável por iguais períodos, por decisão fundamentada de seu presidente, à vista da imprescindibilidade da realização ou conclusão de diligências, dando-se ciência da(s) prorrogação(ões) ao Procurador-Geral de Contas e ao Corregedor-Geral da Instituição.

Capítulo VI

Do Arquivamento

Art. 14 Esgotadas todas as possibilidades de diligências, o membro do Ministério Público de Contas do Estado, caso se convença da inexistência de fundamento para a propositura de representação perante o Tribunal de Contas do Estado, proporá, fundamentadamente, o arquivamento do Procedimento Apuratório Preliminar, que ficará sujeito à homologação do Conselho Superior e posterior publicação na imprensa oficial ou no sítio eletrônico oficial do Ministério Público de Contas do Estado.

§1º Ao propor o arquivamento, o membro abrirá prazo de 10 (dez) dias, a contar da intimação, para que os interessados apresentem razões escritas e documentos, que serão analisadas pelo Conselho Superior.

§2º Deixando o Conselho Superior de homologar a promoção de arquivamento, tomará uma das seguintes providências:

I - converterá o julgamento em diligência para a realização de atos imprescindíveis à sua decisão, especificando-os e remetendo os autos ao membro do Ministério Público de Contas do Estado que propôs seu arquivamento, e, no caso de recusa fundamentada, ao Procurador-Geral de Contas para designar o membro que atuará;

II - deliberará pelo prosseguimento do Procedimento Apuratório Preliminar, indicando os fundamentos de fato e de direito de sua decisão, e comunicando ao Procurador-Geral de Contas a necessidade de se indicar definitivamente outro membro do Ministério Público de Contas do Estado para atuação e presidência da investigação.

§3º Será pública a sessão do Conselho Superior do Ministério Público de Contas do Estado quando estiver pautada deliberação acerca da homologação de arquivamento de Procedimento Apuratório Preliminar, salvo no caso de haver sido decretado o sigilo.

Art. 15 Não oficiará nos autos do Procedimento Apuratório Preliminar ou da representação formulada ao Tribunal de Contas do Estado o membro responsável pela promoção de arquivamento não homologada pelo órgão de revisão, ressalvada a hipótese do art. 14, § 2º, I, desta Resolução.

Art. 16 O desarquivamento do Procedimento Apuratório Preliminar, diante de novas provas ou para investigar fato novo correlato, poderá ocorrer no prazo máximo de 6 (seis) meses após o arquivamento. Transcorrido esse lapso, será instaurado novo Procedimento Apuratório Preliminar, sem prejuízo das provas já colhidas.

Parágrafo único. O desarquivamento de Procedimento Apuratório Preliminar para a investigação de fato novo, não sendo caso de oferecimento de representação ao Tribunal de Contas do Estado, implicará novo arquivamento e remessa ao órgão de revisão competente, na forma do art. 14 desta Resolução.

Art. 17 As normas relativas ao arquivamento do Procedimento Apuratório Preliminar também se aplicam às hipóteses em que a representação formulada perante o Tribunal de Contas do Estado somente contemplar parte dos fatos que foram objeto de apuração, sendo necessária, em relação aos fatos não representados, a homologação do arquivamento pelo órgão de revisão.

Art. 18 Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Belém, 11 de outubro de 2017

Felipe Rosa Cruz

Procurador-Geral de Contas

Antonio Maria Filgueiras Cavalcante

Procurador de Contas

Silaine Karine Vendramin

Procuradora de Contas

Guilherme da Costa Sperry

Procurador de Contas

Patrick Bezerra Mesquita

Procurador de Contas

Stephenson Oliveira Victor

Procurador de Contas

Deila Barbosa Maia

Procuradora de Contas

Stanley Botti Fernandes

Procurador de Contas